

Antropólogos encerram reunião em Vitória aprovando moções de apoio

CLÁUDIA FELIZ

Na assembléia geral da 21ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), encerrada ontem, no campus da Ufes, em Vitória, os antropólogos aprovaram moções manifestando seu apoio, repúdio e indignação frente a questões envolvendo os índios, a política de ensino e pesquisa do Governo Federal, os homossexuais e os crimes registrados nas áreas rurais.

A reunião, que acontece de dois em dois anos e contou na Capital do Espírito Santo com a participação de 1.300 pessoas do Brasil e do exterior, evidenciou as preocupações dos antropólogos em relação à violência, à cidadania, à globalização, à necessidade de se assegurar o respeito à diversidade, às minorias e aos problemas ligados à terra.

CIENTÍFICO – Eleita presidenta da ABA pelos próximos dois anos, a antropóloga Yonne Leite, que trabalha na área de pós-graduação do Museu Nacional do Rio de Janeiro, disse que os temas debatidos durante os quatro dias, nas diversas mesas-redondas e nos grupos de estudos da reunião, mostraram que as preocupações dos profissionais da área vão além da discussão da Antropologia apenas sob o ponto de vista de seu caráter científico.

Em meio a vários pedidos de esclarecimento durante a assembléia geral, os antropólogos aprovaram oito moções, a serem remetidas, em alguns casos, à Funai, à presidência do Congresso Nacional, ao Ministério da Justiça e ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

A questão que mais motivou aprovação de moções é a que envolve a comunidade indígena. Os antropólogos são contrários à retirada de pauta do Congresso Nacional do Estatuto das Sociedades Indígenas e denunciam o fato de estar em tramitação no Legislativo Federal um



projeto de lei de autoria do parlamentar Romero Juca que, segundo eles, “praticamente propõe a entrega das terras indígenas às companhias de mineração”.

Além disso, discordam da portaria da Funai que pretende regulamentar a entrada de civis e religiosos nas áreas indígenas. Recentemente, em Aracruz, no Espírito Santo, houve proibição de acesso às reservas dos índios tupiniquins e guaranis, num período em que as comunidades indígenas promoviam a autodemarcação de suas terras. Na ocasião, a Polícia Federal deteve o holandês Winfridus Overbeek, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A questão envolvendo os tupiniquins e guaranis, que reivindicavam o direito sobre mais de 14 mil hectares de terras dentro de área em poder da Aracruz Celulose, motivou outra moção. Os antropólogos se manifestaram contrários ao que definiram como desrespeito do ministro da Justiça (na ocasião, Íris Resende) às conclusões do grupo de trabalho constituído pela Funai em 1994, que propunha a ampliação das áreas indígenas da forma como os índios reivindicavam, tendo como base um laudo assinado pelo antropólogo Carlos Augusto Rocha Freire. O ministro desconsiderou o laudo e só garantiu às tribos 2.571 hectares.

HOMOSSEXUAIS – Uma outra moção aprovada ontem diz respeito à acusações feitas à antropóloga Dominique Gallois, que trabalha com os índios Waipa, no Amapá. Embora desenvolva no local um trabalho de cunho científico, ela é acusada de exploração de riqueza mineral nas terras indígenas. Outra moção diz respeito aos homossexuais. Foi manifestado apoio ao projeto da deputada federal paulista Martha Suplicy, que propõe a inclusão, no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais da Constituição Federal, de proibição de discriminação por orientação sexual. E ainda, uma reivindicação para que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos dedique mais atenção aos homossexuais, enquanto minoria.

A “omissão” dos governos Federal e Estadual em relação à apuração de crimes nas áreas rurais (nos últimos dez anos há registro de 38 ocorrências de chacinas na Amazônia e 23 massacres na região de Grande Carajás) motivou outra moção. Os antropólogos estão indignados com a não-apuração dos crimes. Outra causa de indignação dos profissionais é a política de ensino e pesquisa do Governo Federal. Eles denunciam cortes no orçamento e salários baixos, e garantem que a política em vigor “põe em risco a sobrevivência do componente mais bem-sucedido do sistema educacional brasileiro, os programas de pós-graduação”.

Também foi alvo de uma moção o fato de a Comissão Nacional de Ética e Pesquisa não dispor da participação de um antropólogo. Os profissionais da área querem ter assento na comissão. Já existe uma resolução, de número 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que se propõe a normatizar pesquisas que envolvam grupos humanos, especialmente índios. A participação dos antropólogos em discussões e definições do gênero é considerada fundamental.